

Especialistas propõem reativação

Embora discordando da maneira como devia ter sido encaminhado o problema das contas externas brasileiras, os economistas Miguel Colasuonno — presidente da Embratur e do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo — e Dércio Munhoz, professor da Universidade de Brasília, têm opiniões bastante semelhantes quanto à necessidade de reativação econômica interna do país, a partir da redução das taxas de juros que será examinada na reunião do Conselho Monetário Nacional no próximo dia onze.

O presidente da Embratur acha possível que o próprio

CB — Não teria sido melhor para o país escolher o esquema de renegociação conjunta da dívida externa, incluindo os demais grandes devedores latino-americanos, para obter condições melhores, porque pelo jeito que foi feito o acerto, parece que não dura até a metade do ano e já estaremos com novo problema de calça?

— Miguel Colasuonno — Em matéria de negociação de dívida e ajustes do balanço de pagamentos, acho que é um pouco ingênuo imaginar que uma negociação global venha a funcionar. Vou dar alguns exemplos: o débito global de que se fala hoje é da ordem de 600 bilhões de dólares, incluindo só Brasil, Argentina, Chile, México, Colômbia etc. E nós não detemos cerca de um terço desse total. Portanto, renegociar 180 ou 200 bilhões de dólares já é muito mais complicado, porque passa-se a ter as desvantagens de uma realidade que é totalmente diferenciada em cada um dos países envolvidos, o que acaba gerando um patamar inferior e bastante pior para se estabelecer um mecanismo de renegociação, de "Rollover", de contrato novo, seja ele como for chamado. Então, acho que em matéria de ajuste de balanço de pagamentos — e o mundo já sabe disso, quem é mais amadurecido já sabe — é preciso ser mais realista. Trate de resolver o seu problema, porque cada um quando está na pior trata do seu e deixa o resto. O fato de o Brasil ter negociado isoladamente, vamos dizer assim, é porque foi oportuno e necessário, porque se fizesse uma renegociação conjunta, o acerto correria o risco de se prolongar "ad eternum", ou demoraria muito mais. E ainda passaria a ficar com o ônus e as desvantagens da média dos países devedores. Ora, o Brasil tem um potencial claramente definido — não precisa ser de situação e nem de oposição para saber isso. Acho que o Brasil jogou melhor, jogou sozinho e, finalmente, com algum grau de egoísmo nessas negociações.

— Dércio Munhoz — Acho que entre a renegociação clássica de dívida externa, e a renegociação que o Brasil fez, não tem muita diferença. Por quê? Não tem muita diferença porque ambas constituem caminhos inviáveis para solucionar o problema mesmo o de curto prazo. A renegociação clássica — na qual inclui, por exemplo, a Polônia e a Turquia — é uma renegociação em que o país joga pra

frente às prestações, assina um documento formalmente, após negociações difíceis e complicadas, mas se compromete a pagar juros. E ninguém pode pagar juros — nem a Polônia, nem a Turquia, e por isso estão com as negociações se renovando a cada ano com o mesmo problema. Então, não existe um só modelo para renegociação — e o Brasil entrou num modelo aparentemente diferente, porque convocou os bancos e encurrou o caminho naquelas negociações muito longas, inclusive com um número muito grande de bancos. No mais, o modelo de renegociação é clássico. O Brasil se comprometeu a pagar juros, dizendo que pretende arcar apenas o principal — mas, na verdade, o Brasil não faz saldos para pagar juros e nem prestações. Nem o México faz, nem Argentina, Chile, ninguém. Ou seja, não surgiu um modelo para se discutir o endividamento externo. Acho que o Brasil não deveria tentar uma Opep dos Devedores. Nisso eu estou com o professor Miguel, mas acho que o Brasil perdeu a oportunidade de forçar o surgimento de um modelo de negociação da dívida. Ou seja, o reconhecimento pela comunidade financeira internacional que, no momento atual — em que nem perspectivas futuras se tem — os devedores não possuem forças nem têm capacidade para pagar prestações de juros. Então, só uma maneira interessa aos países e aos bancos: é rolar a dívida, até que se possa discutir o mundo de amanhã. E o Brasil, ao aceitar o jogo — se comprometendo a pagar os juros e tudo o mais — aceitou um caminho que vai levar a problemas de curto prazo. Uma outra coisa que aceitou foram as condicionalidades do Fundo Monetário Internacional, o que é uma incoerência porque, se nós seguirmos o Fundo, vamos nos desorganizar. Inclusive politicamente, internamente — e aí não vamos nem poder rolar a dívida no esquema que se pretende. Então, não estou otimista quanto à forma como o Brasil se conduziu.

CB — O professor Muñoz mencionou o problema das condicionalidades do FMI. Colasuonno — Aqui também tenho que fazer um comentário. Na verdade não existe condicionalidade, o que existe são alguns dados da teoria econômica — porque desde que o mundo é mundo, desde que Adams inventou que a teoria econômica é uma ciência mais ou menos coerente, baixou o nível da atividade econômica, mexer com salário e outras coisas que o valha antecedente o fenômeno do Fundo Monetário. Então as regras ditas de condicionantes, que o Fundo Monetário pretende aplicar, não são do Fundo Monetário, mas sim da própria teoria econômica, que você pode discutir se devem ser aplicadas com o maior ou menor grau de ortodoxismo. Mas são fenômenos de comportamento que são anteriores à realidade do próprio Fundo. Então, não se pode considerar isso como "condicionantes" do Fundo, pois são condicionantes da realidade da teoria econômica.

CB — O senhor está dizendo que, com ou sem FMI, teríamos que fazer o programa de ajuste que está programado pelo Governo?

Colasuonno — Muito parecido com isso. Independente do Fundo Monetário. O Fundo Monetário é um acidente e — agora entra o lado político da história — é um acidente que a Oposição tentou maximizar para desestabilizar a política econômica do Governo.

CB — Concorda com isso, professor Dércio?

Dércio — Não. Discordo em gênero, número e grau. Eu diria o seguinte: o Fundo Monetário Internacional é uma instituição arcaica, que já está ultrapassada. Alguns instrumentos condicionados pelo Fundo — e que, digamos, estão lastreados numa teoria que antecede ao Fundo — eram adequados para problemas isolados. O Brasil tinha, por exemplo, uma queda de produção de café e perdia US\$ 200 milhões de receita, se desequilibrava e não podia pagar seus compromissos. Então, apertava-se o cinto um ano e, como o mundo estava aberto para importações e o país então gerava excedentes exportáveis quando apertava o cinto, com isso conseguia sanar aquele problema com um ou dois anos, tudo voltando ao normal. Esse mundo de problemas isolados, de problemas específicos, superáveis, esse mundo não existe mais. O que existe agora é um mundo em que o Brasil não tem a mínima capacidade de deter o crescimento do endividamento e nem de determinar sua velocidade, já que esta é uma velocidade determinada pelas taxas de juros internacionais — o que, também, o país não tem condições de superar. Então acho o seguinte: as condicionalidades do Fundo Monetário é uma figura que não é bem determinada hoje — "condicionalidade é o Brasil se submeter a determinadas regras de política econômica que viabilizem o financiamento internacional"; também não se sabe de onde vem isso. Na verdade nas condicionalidades do Fundo os padrões são hoje ultrapassados. Nós faremos

FMI aceite alterações na programação do governo brasileiro — "ele não poderia fazer fracassar um país como o Brasil" — e acredita que será possível chegar ao superávit de US\$ 6 bilhões na balança comercial deste ano. Já o professor da UnB critica o governo por ter perdido a oportunidade de resolver o problema do endividamento externo do país, ao aceitar pagar este ano apenas os juros da dívida externa.

Na íntegra, o debate promovido pelo Correio Braziliense com os dois especialistas é o seguinte:

uma recessão este ano, para gerar excedentes. Alguém diz: "Mas a minha indústria está com capacidade ociosa, eu não tenho mercado". Então não é preciso uma recessão e, ainda que me convencessem, de que precisava haver recessão, eu pergunto: se o endividamento é incontornável, porque não há possibilidade de se controlar, então eu vou ter uma recessão permanente? Já estocamos quanto? Três milhões de desempregados, é o que estamos completando este ano, incluindo pessoas que não conseguiram emprego, mais o número dos já desempregados. Então, gera um problema social. Uma outra coisa que me assusta é que as decisões do Fundo Monetário Internacional — com aquela simplicidade de tira subsídio daqui e joga a taxa de câmbio para ali — envolvem uma massa de transferência de renda que nunca vimos na economia brasileira. Tanto é que costumou dizer que aquela reunião — do dia em que todo mundo saiu alegre e ninguém perguntou quem pagava a conta foi a reunião mais importante do pós-guerra na área econômica do Brasil, porque se forem implementadas as políticas acordadas pelo Fundo Monetário Internacional, aí, então, esse país vai desequilibrar não só economicamente, mas vai se desestruturar politicamente. Então acho que o nosso futuro está entre uma Argentina desorganizada e numa crise recessiva sem saída, e um Chile. Por quê? Porque sem o problema de apoio político, já que você não tem apoio político, para fazer um negócio desses, você tem o risco de ter uma

recessão este ano, para gerar excedentes. Alguém diz: "Mas a minha indústria está com capacidade ociosa, eu não tenho mercado". Então não é preciso uma recessão e, ainda que me convencessem, de que precisava haver recessão, eu pergunto: se o endividamento é incontornável, porque não há possibilidade de se controlar, então eu vou ter uma recessão permanente? Já estocamos quanto? Três milhões de desempregados, é o que estamos completando este ano, incluindo pessoas que não conseguiram emprego, mais o número dos já desempregados. Então, gera um problema social. Uma outra coisa que me assusta é que as decisões do Fundo Monetário Internacional — com aquela simplicidade de tira subsídio daqui e joga a taxa de câmbio para ali — envolvem uma massa de transferência de renda que nunca vimos na economia brasileira. Tanto é que costumou dizer que aquela reunião — do dia em que todo mundo saiu alegre e ninguém perguntou quem pagava a conta foi a reunião mais importante do pós-guerra na área econômica do Brasil, porque se forem implementadas as políticas acordadas pelo Fundo Monetário Internacional, aí, então, esse país vai desequilibrar não só economicamente, mas vai se desestruturar politicamente. Então acho que o nosso futuro está entre uma Argentina desorganizada e numa crise recessiva sem saída, e um Chile. Por quê? Porque sem o problema de apoio político, já que você não tem apoio político, para fazer um negócio desses, você tem o risco de ter uma

recessão este ano, para gerar excedentes. Alguém diz: "Mas a minha indústria está com capacidade ociosa, eu não tenho mercado". Então não é preciso uma recessão e, ainda que me convencessem, de que precisava haver recessão, eu pergunto: se o endividamento é incontornável, porque não há possibilidade de se controlar, então eu vou ter uma recessão permanente? Já estocamos quanto? Três milhões de desempregados, é o que estamos completando este ano, incluindo pessoas que não conseguiram emprego, mais o número dos já desempregados. Então, gera um problema social. Uma outra coisa que me assusta é que as decisões do Fundo Monetário Internacional — com aquela simplicidade de tira subsídio daqui e joga a taxa de câmbio para ali — envolvem uma massa de transferência de renda que nunca vimos na economia brasileira. Tanto é que costumou dizer que aquela reunião — do dia em que todo mundo saiu alegre e ninguém perguntou quem pagava a conta foi a reunião mais importante do pós-guerra na área econômica do Brasil, porque se forem implementadas as políticas acordadas pelo Fundo Monetário Internacional, aí, então, esse país vai desequilibrar não só economicamente, mas vai se desestruturar politicamente. Então acho que o nosso futuro está entre uma Argentina desorganizada e numa crise recessiva sem saída, e um Chile. Por quê? Porque sem o problema de apoio político, já que você não tem apoio político, para fazer um negócio desses, você tem o risco de ter uma

recessão este ano, para gerar excedentes. Alguém diz: "Mas a minha indústria está com capacidade ociosa, eu não tenho mercado". Então não é preciso uma recessão e, ainda que me convencessem, de que precisava haver recessão, eu pergunto: se o endividamento é incontornável, porque não há possibilidade de se controlar, então eu vou ter uma recessão permanente? Já estocamos quanto? Três milhões de desempregados, é o que estamos completando este ano, incluindo pessoas que não conseguiram emprego, mais o número dos já desempregados. Então, gera um problema social. Uma outra coisa que me assusta é que as decisões do Fundo Monetário Internacional — com aquela simplicidade de tira subsídio daqui e joga a taxa de câmbio para ali — envolvem uma massa de transferência de renda que nunca vimos na economia brasileira. Tanto é que costumou dizer que aquela reunião — do dia em que todo mundo saiu alegre e ninguém perguntou quem pagava a conta foi a reunião mais importante do pós-guerra na área econômica do Brasil, porque se forem implementadas as políticas acordadas pelo Fundo Monetário Internacional, aí, então, esse país vai desequilibrar não só economicamente, mas vai se desestruturar politicamente. Então acho que o nosso futuro está entre uma Argentina desorganizada e numa crise recessiva sem saída, e um Chile. Por quê? Porque sem o problema de apoio político, já que você não tem apoio político, para fazer um negócio desses, você tem o risco de ter uma

recessão este ano, para gerar excedentes. Alguém diz: "Mas a minha indústria está com capacidade ociosa, eu não tenho mercado". Então não é preciso uma recessão e, ainda que me convencessem, de que precisava haver recessão, eu pergunto: se o endividamento é incontornável, porque não há possibilidade de se controlar, então eu vou ter uma recessão permanente? Já estocamos quanto? Três milhões de desempregados, é o que estamos completando este ano, incluindo pessoas que não conseguiram emprego, mais o número dos já desempregados. Então, gera um problema social. Uma outra coisa que me assusta é que as decisões do Fundo Monetário Internacional — com aquela simplicidade de tira subsídio daqui e joga a taxa de câmbio para ali — envolvem uma massa de transferência de renda que nunca vimos na economia brasileira. Tanto é que costumou dizer que aquela reunião — do dia em que todo mundo saiu alegre e ninguém perguntou quem pagava a conta foi a reunião mais importante do pós-guerra na área econômica do Brasil, porque se forem implementadas as políticas acordadas pelo Fundo Monetário Internacional, aí, então, esse país vai desequilibrar não só economicamente, mas vai se desestruturar politicamente. Então acho que o nosso futuro está entre uma Argentina desorganizada e numa crise recessiva sem saída, e um Chile. Por quê? Porque sem o problema de apoio político, já que você não tem apoio político, para fazer um negócio desses, você tem o risco de ter uma

recessão este ano, para gerar excedentes. Alguém diz: "Mas a minha indústria está com capacidade ociosa, eu não tenho mercado". Então não é preciso uma recessão e, ainda que me convencessem, de que precisava haver recessão, eu pergunto: se o endividamento é incontornável, porque não há possibilidade de se controlar, então eu vou ter uma recessão permanente? Já estocamos quanto? Três milhões de desempregados, é o que estamos completando este ano, incluindo pessoas que não conseguiram emprego, mais o número dos já desempregados. Então, gera um problema social. Uma outra coisa que me assusta é que as decisões do Fundo Monetário Internacional — com aquela simplicidade de tira subsídio daqui e joga a taxa de câmbio para ali — envolvem uma massa de transferência de renda que nunca vimos na economia brasileira. Tanto é que costumou dizer que aquela reunião — do dia em que todo mundo saiu alegre e ninguém perguntou quem pagava a conta foi a reunião mais importante do pós-guerra na área econômica do Brasil, porque se forem implementadas as políticas acordadas pelo Fundo Monetário Internacional, aí, então, esse país vai desequilibrar não só economicamente, mas vai se desestruturar politicamente. Então acho que o nosso futuro está entre uma Argentina desorganizada e numa crise recessiva sem saída, e um Chile. Por quê? Porque sem o problema de apoio político, já que você não tem apoio político, para fazer um negócio desses, você tem o risco de ter uma

recessão este ano, para gerar excedentes. Alguém diz: "Mas a minha indústria está com capacidade ociosa, eu não tenho mercado". Então não é preciso uma recessão e, ainda que me convencessem, de que precisava haver recessão, eu pergunto: se o endividamento é incontornável, porque não há possibilidade de se controlar, então eu vou ter uma recessão permanente? Já estocamos quanto? Três milhões de desempregados, é o que estamos completando este ano, incluindo pessoas que não conseguiram emprego, mais o número dos já desempregados. Então, gera um problema social. Uma outra coisa que me assusta é que as decisões do Fundo Monetário Internacional — com aquela simplicidade de tira subsídio daqui e joga a taxa de câmbio para ali — envolvem uma massa de transferência de renda que nunca vimos na economia brasileira. Tanto é que costumou dizer que aquela reunião — do dia em que todo mundo saiu alegre e ninguém perguntou quem pagava a conta foi a reunião mais importante do pós-guerra na área econômica do Brasil, porque se forem implementadas as políticas acordadas pelo Fundo Monetário Internacional, aí, então, esse país vai desequilibrar não só economicamente, mas vai se desestruturar politicamente. Então acho que o nosso futuro está entre uma Argentina desorganizada e numa crise recessiva sem saída, e um Chile. Por quê? Porque sem o problema de apoio político, já que você não tem apoio político, para fazer um negócio desses, você tem o risco de ter uma

recessão este ano, para gerar excedentes. Alguém diz: "Mas a minha indústria está com capacidade ociosa, eu não tenho mercado". Então não é preciso uma recessão e, ainda que me convencessem, de que precisava haver recessão, eu pergunto: se o endividamento é incontornável, porque não há possibilidade de se controlar, então eu vou ter uma recessão permanente? Já estocamos quanto? Três milhões de desempregados, é o que estamos completando este ano, incluindo pessoas que não conseguiram emprego, mais o número dos já desempregados. Então, gera um problema social. Uma outra coisa que me assusta é que as decisões do Fundo Monetário Internacional — com aquela simplicidade de tira subsídio daqui e joga a taxa de câmbio para ali — envolvem uma massa de transferência de renda que nunca vimos na economia brasileira. Tanto é que costumou dizer que aquela reunião — do dia em que todo mundo saiu alegre e ninguém perguntou quem pagava a conta foi a reunião mais importante do pós-guerra na área econômica do Brasil, porque se forem implementadas as políticas acordadas pelo Fundo Monetário Internacional, aí, então, esse país vai desequilibrar não só economicamente, mas vai se desestruturar politicamente. Então acho que o nosso futuro está entre uma Argentina desorganizada e numa crise recessiva sem saída, e um Chile. Por quê? Porque sem o problema de apoio político, já que você não tem apoio político, para fazer um negócio desses, você tem o risco de ter uma

recessão este ano, para gerar excedentes. Alguém diz: "Mas a minha indústria está com capacidade ociosa, eu não tenho mercado". Então não é preciso uma recessão e, ainda que me convencessem, de que precisava haver recessão, eu pergunto: se o endividamento é incontornável, porque não há possibilidade de se controlar, então eu vou ter uma recessão permanente? Já estocamos quanto? Três milhões de desempregados, é o que estamos completando este ano, incluindo pessoas que não conseguiram emprego, mais o número dos já desempregados. Então, gera um problema social. Uma outra coisa que me assusta é que as decisões do Fundo Monetário Internacional — com aquela simplicidade de tira subsídio daqui e joga a taxa de câmbio para ali — envolvem uma massa de transferência de renda que nunca vimos na economia brasileira. Tanto é que costumou dizer que aquela reunião — do dia em que todo mundo saiu alegre e ninguém perguntou quem pagava a conta foi a reunião mais importante do pós-guerra na área econômica do Brasil, porque se forem implementadas as políticas acordadas pelo Fundo Monetário Internacional, aí, então, esse país vai desequilibrar não só economicamente, mas vai se desestruturar politicamente. Então acho que o nosso futuro está entre uma Argentina desorganizada e numa crise recessiva sem saída, e um Chile. Por quê? Porque sem o problema de apoio político, já que você não tem apoio político, para fazer um negócio desses, você tem o risco de ter uma

recessão este ano, para gerar excedentes. Alguém diz: "Mas a minha indústria está com capacidade ociosa, eu não tenho mercado". Então não é preciso uma recessão e, ainda que me convencessem, de que precisava haver recessão, eu pergunto: se o endividamento é incontornável, porque não há possibilidade de se controlar, então eu vou ter uma recessão permanente? Já estocamos quanto? Três milhões de desempregados, é o que estamos completando este ano, incluindo pessoas que não conseguiram emprego, mais o número dos já desempregados. Então, gera um problema social. Uma outra coisa que me assusta é que as decisões do Fundo Monetário Internacional — com aquela simplicidade de tira subsídio daqui e joga a taxa de câmbio para ali — envolvem uma massa de transferência de renda que nunca vimos na economia brasileira. Tanto é que costumou dizer que aquela reunião — do dia em que todo mundo saiu alegre e ninguém perguntou quem pagava a conta foi a reunião mais importante do pós-guerra na área econômica do Brasil, porque se forem implementadas as políticas acordadas pelo Fundo Monetário Internacional, aí, então, esse país vai desequilibrar não só economicamente, mas vai se desestruturar politicamente. Então acho que o nosso futuro está entre uma Argentina desorganizada e numa crise recessiva sem saída, e um Chile. Por quê? Porque sem o problema de apoio político, já que você não tem apoio político, para fazer um negócio desses, você tem o risco de ter uma

recessão este ano, para gerar excedentes. Alguém diz: "Mas a minha indústria está com capacidade ociosa, eu não tenho mercado". Então não é preciso uma recessão e, ainda que me convencessem, de que precisava haver recessão, eu pergunto: se o endividamento é incontornável, porque não há possibilidade de se controlar, então eu vou ter uma recessão permanente? Já estocamos quanto? Três milhões de desempregados, é o que estamos completando este ano, incluindo pessoas que não conseguiram emprego, mais o número dos já desempregados. Então, gera um problema social. Uma outra coisa que me assusta é que as decisões do Fundo Monetário Internacional — com aquela simplicidade de tira subsídio daqui e joga a taxa de câmbio para ali — envolvem uma massa de transferência de renda que nunca vimos na economia brasileira. Tanto é que costumou dizer que aquela reunião — do dia em que todo mundo saiu alegre e ninguém perguntou quem pagava a conta foi a reunião mais importante do pós-guerra na área econômica do Brasil, porque se forem implementadas as políticas acordadas pelo Fundo Monetário Internacional, aí, então, esse país vai desequilibrar não só economicamente, mas vai se desestruturar politicamente. Então acho que o nosso futuro está entre uma Argentina desorganizada e numa crise recessiva sem saída, e um Chile. Por quê? Porque sem o problema de apoio político, já que você não tem apoio político, para fazer um negócio desses, você tem o risco de ter uma

recessão este ano, para gerar excedentes. Alguém diz: "Mas a minha indústria está com capacidade ociosa, eu não tenho mercado". Então não é preciso uma recessão e, ainda que me convencessem, de que precisava haver recessão, eu pergunto: se o endividamento é incontornável, porque não há possibilidade de se controlar, então eu vou ter uma recessão permanente? Já estocamos quanto? Três milhões de desempregados, é o que estamos completando este ano, incluindo pessoas que não conseguiram emprego, mais o número dos já desempregados. Então, gera um problema social. Uma outra coisa que me assusta é que as decisões do Fundo Monetário Internacional — com aquela simplicidade de tira subsídio daqui e joga a taxa de câmbio para ali — envolvem uma massa de transferência de renda que nunca vimos na economia brasileira. Tanto é que costumou dizer que aquela reunião — do dia em que todo mundo saiu alegre e ninguém perguntou quem pagava a conta foi a reunião mais importante do pós-guerra na área econômica do Brasil, porque se forem implementadas as políticas acordadas pelo Fundo Monetário Internacional, aí, então, esse país vai desequilibrar não só economicamente, mas vai se desestruturar politicamente. Então acho que o nosso futuro está entre uma Argentina desorganizada e numa crise recessiva sem saída, e um Chile. Por quê? Porque sem o problema de apoio político, já que você não tem apoio político, para fazer um negócio desses, você tem o risco de ter uma

Joaquim Firmino



Dércio e Colasuonno concordam num ponto: não à recessão

Fundo vai ser obrigado a rever a sua própria proposta, se o Brasil realmente provar que, se aplicar rigorosamente isso, terá uma convulsão social. E o fracasso do Fundo Monetário está muito associado ao fracasso da proposta brasileira. O Brasil hoje tem uma dívida que é maior do que o próprio FMI. Logo, o assunto hoje é político e é com o governo americano e com o mundo ocidental. O FMI é um instrumento, digamos assim, ultrapassado — e nisso eu estou de acordo com o Dércio. Quando o Fundo Monetário foi criado, era para resolver casos isolados, para economias isoladas, dentro de um mundo completamente estabilizado economicamente. Então, a existência do Fundo Monetário está muito ligada ao Brasil, se sair bem nessa negociação, nessa etapa de sua história.

CB — Professor Dércio, o senhor está concordando de certa forma com o caminho seguido pelo ministro Delfim Netto: com exceção do fato de ter aceito as condicionalidades do FMI, quer dizer que o resto está certo?

Dércio — Não, não, de forma alguma. Mas acho que temos o poder de barganha, não para fazer uma reunião de países, mas a posição que o Brasil assumirá, outros países vão seguir. O Brasil tinha que dizer simplesmente o seguinte: cada banco tem que financiar prestações e juros. Agora, se o banco pequeno não quiser, quem vai emprestar? Se o banco pequeno não quiser, não pago a ele, aquele banco que se recusa. Por quê? Porque não posso tirar emprestado de outro banco para pagar ao que se recusa. Agora, aqueles que pagarem, vão ter a contabilidade em ordem e as suas ações vão estar bem cotadas e os lucros vão funcionar e nós vamos funcionar, porque não adianta desorganizar o país. E isso o que temo, mesmo porque é muito mais difícil um país politicamente desorganizado conseguir resolver os problemas com os bancos, do que um país organizado.

Colasuonno — O que o Dércio está colocando realmente corresponde a um procedimento sensato — isto é, o procedimento que está sendo adotado. O que está despertando dúvidas nele é a continuidade do procedimento sensato. No meu entender, o procedimento sensato é, na medida em que você vai tendo a negociação com o país onde estes bancos estão sediados, estabelecer um mecanismo, um novo acordo de cooperação comercial, porque esses bancos vão acabar forçando os seus deputados e senadores a serem um pouco mais liberais em relação ao país A ou B, porque sem os países eles não vão receber esse prejuízo nunca. O que não pode se generalizar, porque se generalizar ninguém vai dar apoio a ninguém.

Dércio — Mas são trinta milhões de desempregados neste mundo. Por isso acho que o melhor é resolver o mecanismo financeiro primeiro e vamos pensar depois no mundo, com mais calma.

Colasuonno — Estou achando que as coisas devem ser concomitantes e o Brasil tem que cuidar dele, tratar de cuidar dele, primeiro. A minha proposta é nesta linha: que se faça a renegociação. O Fundo faz as suas caracterizações, que já nem chamo mais de exigências porque ele não tem mais condições de exigir, porque se o Brasil for relativamente mal, o Fundo irá

Dércio Munhoz: A desvalorização cambial produzirá transferências sérias de renda

péssimo. São essas as posições que coloco.

CB — Aí a casa estará sendo colocada em ordem, também?

Colasuonno — Sinto que sim, dentro da seguinte ótica: você podendo ajustar neste plique os problemas de balanço de pagamentos que o Brasil está tendo, e aos poucos ir promovendo os outros ajustes, gradualmente o país pode colocar a casa no lugar. Mas se os mecanismos não começarem a funcionar, vamos continuar ficando do jeito que estamos. Agora, agravar conscientemente, não. Porque levaria à desestabilização interna da economia e, claro, isso geraria uma desestabilização social crítica, quase que fatal — como o FMI fez em 1961. É evidente que o Brasil não vai repetir essa dose, até porque interessa, até para quem está no poder, saber se preservar. Então, o Governo

está atento a isso e vai seguir o modelo, vai esperar a resposta dos países desenvolvidos a esse procedimento que estou imaginando.

Dércio — Mas faltou sensibilidade política para quem participou daquela reunião do CMN, que foi imposta pelo Fundo, o modelo veio pronto, e nem os membros do Conselho decidiram. Eles aceitaram o que lhes impuseram, não houve sensibilidade, porque pelo menos os empresários tinham que ter se levantado e se rebelado. Não concordo com isso, com essa imposição. Agora, o Presidente da República é impotente, não sabe que deixou de governar a partir daquele dia, mas deixou de governar. A partir de agora as decisões são tomadas pelo Fundo Monetário Internacional. O que decisões tomam o Presidente da República ou os ministros a partir de agora?

Colasuonno — E um pouco força de expressão, perdo-me o Dércio, quer dizer que as decisões estão fora do âmbito brasileiro. Hoje, na verdade, as decisões econômicas estão dentro do mundo econômico, quero dizer que o que você pode, sem nenhuma interferência na soberania, é decidir com que intensidade você pode corrigir dentro da economia e, com custo social menor, fazer isso. No meu entender, o Brasil está criando um caminho em que vai poder ajustar-se com um custo social suportável — e está arriscando a possibilidade de uma liderança, na medida em que os países do bloco que ele participa, do Médio Ocidente, forem respondendo. Não há uma solução isolada para um país. Se imaginarmos que há uma solução com um pacto de um conjunto maior de países, não existe alguém que saia bem ou mal, todos sairão mal.

CB — Gostaria de entrar numa questão específica, porque inclusive é o próximo centro das atenções: é a reunião do dia 11, agora, do Conselho Monetário, que se destina basicamente ao exame da questão dos juros internos. Então, colocaria a questão para ambos: qual é a solução para baixar os juros internos? Porque sem isso não vamos conseguir nenhuma recuperação em nenhum setor da atividade econômica.

Dércio — A vinculação entre juros externos e internos não era explicativa da alta dos juros internos, porque a taxa de juros interna era tão mais elevada que a externa, e a vinculação não explicava por si só. Era um problema de funcionamento político do sistema bancário. Passei seis meses, no ano passado, estudando esse problema e verifiquei que no passado se tentou mil medidas assim, de sugestões ao sistema financeiro, e nunca funcionou. E o Governo caiu, com o Delfim Netto, no tabelamento. Hoje, funcionou os relatórios do Banco Central são taxativos, reconhecendo que não mesmo. Mesmo porque o sistema financeiro está desorganizado o setor real da economia. E um absurdo o que nós fizemos: ao invés do setor financeiro ser um instrumento de viabilizar a produção de bens e serviços dos outros setores, acabou sendo o contrário. Os outros setores, como está acontecendo, chegam aos limites da sobrevivência, do equilíbrio, para viabilizar um sistema financeiro ineficiente, ineficaz. Tanto é que os jornais publicam que cada vez que se toma uma medida, os banqueiros sempre falam entre si, combinando as taxas. Agora, as taxas são absurdas. Recentemente, numa discussão, na Associação Comercial de São Paulo, alguns empresários disseram que a taxa era 1000%. Aí, o representante dos banqueiros, se não me engano, tirou uma máquina de calcular e fez os cálculos na hora. Citou um grande banco, que não quero repetir aqui, e falou: ele pede 30 a 40% de reciprocidade e o senhor está errado, porque quando ele pede 30% de reciprocidade, a sua taxa é de 258%; quando ele pede 40%, vai a mais de 400%. Portanto, não é 1000%, como o representante dos bancos reconheceu publicamente, eram só os 400%. Então, outro dado que estava citando é aquela comparação entre receitas das empresas produtivas e do sistema financeiro. Inclusive comparei com os Estados Unidos. Uma outra coisa: 8 e 9% é a relação entre receita das instituições financeiras e receitas das maiores empresas. Primeiro, trabalhei com 500 mil, depois com 2 mil, aproximadamente, e comparei. No caso do Brasil, essa relação dá 35%, aproximadamente. E um negócio escandaloso. Agora, uma outra coisa que assusta é quando comparo a receita das instituições financeiras com a folha de salários: a receita das instituições financeiras no Brasil é maior que os salários dos 27 milhões de empregados que havia nos dados de 1979, o último dado disponível. A receita das instituições financeiras no Brasil,

em 1979, era duas vezes a massa de salário. Então, esse sistema precisa ser ou colocado sob controle para viabilizar o sistema produtivo ou esse sistema precisa ser — uma coisa que acho que não funciona, mas tem que ser — estatizado. A estatização seria o instrumento para fazer com que funcionem como instituições que viabilizem o sistema real da economia — ou senão alguma coisa tem que ser feita, como muitos países estão sendo talvez forçados, a fazer.

Colasuonno — Vemos como as posições aqui, às vezes, mudam. Acho que tem um ponto que o Dércio coloca, sobre o qual eu não sou tão radical: acho que algum grau de tabelamento não faz mal, a partir do momento em que a política econômica não empurre o sistema financeiro para a captação desesperadora de recursos externos — o que gera todas essas vantagens em termos de lucratividade do sistema financeiro. Parece que se essas medidas de desvinculação, além da nova correção cambial, tudo isso já são os primeiros sintomas de restabelecimento de um certo comportamento que tenderia baixar os juros naturalmente no Brasil. Acho, entretanto, que deveria haver algum grau de controle indireto, porque a estatização total do sistema também não vai dar a saída. Na verdade, o explorador do financiamento, ao invés de ser privado, passaria a ser o Estado, porque a tentação dos homens pelo lucro financeiro é muito grande. Já que é muito fácil e esta atividade responde muito depressa. Sou muito mais por um sistema misto, no sentido de que, desvinculando a taxa cambial, você passa a restabelecer uma série de comportamentos, permitindo que o mercado se ajuste melhor. E deve-se acompanhar muito de perto. Porque senão houver uma resposta de baixa de juros a curto prazo, você volta com a ideia de tabelar e pode-se até corrigir o tabelamento de juros ao longo do tempo, isso não é proibido. A ideia é um sistema misto, com uma vigilância de um tabelamento muito próxima. A partir da desvinculação, se essa oferta de moeda e de crédito não se estabilizar em nível inferior, ou no mínimo acompanhando as taxas internacionais, adotamos outras medidas.

CB — O senhor está propondo o tabelamento?

Colasuonno — Eu sou contra a estatização pura, mas não acho que a liberdade do sistema financeiro deva flutuar totalmente, porque estamos num sistema claramente dependente do sistema financeiro internacional.

Dércio Munhoz: A renda dos bancos é duas vezes superior a todos os salários pagos

CB — Quería ouvir uma sugestão de cada um dos senhores para a reunião do Conselho Monetário.

Colasuonno — A minha proposta é de um tabelamento discreto, se o reflexo dessa desvinculação não acontecer em 3 meses.

CB — O senhor então propõe que se espere uns três meses, para ver se as taxas de juros caem. No dia 11, então, deveria ser feito um tipo de acordo com os banqueiros, um acordo de cavalheiros ou o quê?

Colasuonno — E, um acordo de cavalheiros.

Dércio — Vejo dois caminhos: ou um tabelamento com controle efetivo e punição do estabelecimento, mesmo para quebrar o comportamento político. Mas talvez o passo inicial seja outro, e devemos é dizer ao empresário: "Você não precisa pagar juros a 258%, que é a menor taxa estabelecida pelo sistema. Você pode ir ao Banco do Estado de São Paulo, do Estado do Paraná, nos bancos oficiais, que eles lhe darão empréstimos a tal taxa". Assim colocamos o sistema oficial como competidor, já que atualmente o Banco do Brasil, por exemplo, está amarrado, desorganizado durante muitos anos seguidos. O Banco do Brasil, hoje, é a metade do que era há 3 anos, estão liquidando com o Banco. Enquanto os bancos oficiais só existem para isso, para regular o próprio mercado e não para o que está acontecendo, os bancos oficiais por exemplo, estão trabalhando com entidades privadas. Então, pode-se regular. Agora, tem que mudar o comportamento, dizer ao empresário que ele consegue num banco oficial o recurso a uma taxa mais baixa, e os bancos oficiais têm que trabalhar assim e não como estão trabalhando hoje. Sou contra a estatização do sistema, também, por uma razão simples: porque um sistema democrático, que não esteja funcionando, de forma mais arejada, é utilizado como instrumento político de coação do próprio empresário, que acaba chegando a um processo de ditadura. E isso que não pode, é sufocante. Acho que o sistema ideal é colocar os bancos oficiais e a Caixa Econômica para funcionar a determinados níveis de taxas de juros — e o sujeito entra na porta que quiser.

Colasuonno — Acho que o sistema deve ser de autocontrole e se o autocontrole não funcionar, devemos ficar vigilantes e adotar o processo do tabelamento.